



## STF não anula sentença de dívida de consulado do Japão

Depois de 15 anos sem receber seus direitos trabalhistas — férias e 13º salário, entre outros —, a lavadeira Iracy Ribeiro de Lima entrou na Justiça contra o Império japonês. O consulado do Japão para o qual prestava serviços, em Recife, sequer teve o trabalho de se defender. Invocou a imunidade de jurisdição.

A trabalhadora, que nunca gozou férias entre 1975 e 1990 e ficou sem registro em carteira durante seis anos, não viveu o suficiente para ver o resultado final da briga na Justiça. O litígio já se estende por dez anos.

O ministro do STF, **Celso de Mello**, entendeu que a imunidade diplomática não pode ser invocada para o descumprimento de obrigações trabalhistas.

A lavadeira, viúva, foi demitida sem justa causa. Recebeu quantia ínfima, muito aquém dos valores globais a que fazia jus. Iracy venceu na primeira instância, no TRT e no TST. Mas o Império do Japão insistiu no STF.

Celso de Mello deixou claro que a decisão, em processo de conhecimento, refere-se à imunidade de jurisdição, não se estendendo à execução da sentença, por se tratar de prerrogativa mais abrangente.

A decisão está de acordo com a jurisprudência mais recente da Corte, após o advento da Constituição de 1988.

### Veja a decisão

**RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 222.368-4 PERNAMBUCO**

**RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO**

RECORRENTE: CONSULADO GERAL DO JAPÃO

ADVOGADOS: JOSÉ SARAIVA E OUTROS

RECORRIDO: ESPÓLIO DE IRACY RIBEIRO DE LIMA

ADVOGADA: ROSANA CAPITULINO DA SILVA CABRAL

**EMENTA: IMUNIDADE DE JURISDIÇÃO. RECLAMAÇÃO TRABALHISTA. LITÍGIO ENTRE ESTADO ESTRANGEIRO E EMPREGADO BRASILEIRO. EVOLUÇÃO DO TEMA NA DOUTRINA,**



NA LEGISLAÇÃO COMPARADA E NA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: DA IMUNIDADE JURISDICIONAL ABSOLUTA À IMUNIDADE JURISDICIONAL MERAMENTE RELATIVA. RECURSO EXTRAORDINÁRIO NÃO CONHECIDO.

— O Estado estrangeiro **não dispõe** de imunidade de jurisdição, **perante** órgãos do Poder Judiciário brasileiro, **quando** se tratar de causa **de natureza trabalhista**. Doutrina. Precedentes do STF (RTJ 133/159 e RTJ 161/643-644).

— Privilégios diplomáticos **não podem** ser invocados, **em processos trabalhistas**, para coonestar o enriquecimento **sem causa de Estados estrangeiros, em injusto detrimento** de trabalhadores residentes em território brasileiro, **sob pena** de essa prática consagrar **inaceitável** desvio ético-jurídico, **incompatível** com o princípio da boa-fé e com os grandes postulados do direito internacional.

**DECISÃO:** Trata-se de recurso extraordinário interposto contra acórdão, que, proferido pelo E. Tribunal Superior do Trabalho, **julgou procedente**, em sede recursal, reclamação trabalhista ajuizada, por empregada brasileira, **contra** o Consulado Geral do Japão.

A decisão proferida pelo Tribunal Superior do Trabalho, em sede de recurso de revista, interposto pelo Consulado Geral do Japão, restou consubstanciada em acórdão assim ementado (fls. 120):

**“ESTADO ESTRANGEIRO — IMUNIDADE DE JURISDIÇÃO**

Ainda que se reconheça que o artigo 114, caput, da Constituição da República encerra, apenas, uma regra de competência quanto aos entes de Direito Público externo, por não se poder admitir que o legislador constituinte dispusesse sobre a imunidade de jurisdição, todavia, as Convenções de Viena não asseguram essa imunidade, que se assentava nos Direitos das Gentes, de observância uniforme no plano internacional. **Entretanto, a comunidade internacional**, com a quebra do princípio por alguns países, **não mais observa essa diretriz, quando o ente de Direito Público externo nivela-se ao particular, em atos de negócio ou de gestão**. A imunidade persiste, pois, em se tratando de atos de império.

Recurso **conhecido** e a que se **nega** provimento.”( grifei)

**Cumprе ressaltar**, desde logo, que a controvérsia suscitada na **presente** causa, **consistente** na discussão relativa à **imunidade jurisdicional de Estados estrangeiros** perante o Poder Judiciário **nacional**, revela-se **impregnada** do mais alto relevo jurídico.

Como se sabe, a **imunidade de jurisdição** dos Estados estrangeiros **derivava**, ordinariamente, de um princípio básico – o princípio da **comitas gentium** – consagrado pela prática consuetudinária internacional, assentado em **premissas** teóricas e em **concepções** políticas, que, fundadas **na essencial igualdade** entre as soberanias estatais, legitimavam o reconhecimento de que **par in parem non habet imperium vel iudicium**, consoante **ênfatizado** pelo magistério da doutrina (JOSÉ FRANCISCO REZEK, “Direito Internacional Público”, p. 173/178, itens ns. 96 e 97, 7ª ed., 1998, Saraiva; CELSO



DUVIVIER DE ALBUQUERQUE MELLO, “Direito Constitucional Internacional”, p. 330/331, item n. 3, 1994, Renovar; ALFRED VERDROSS, “Derecho Internacional Publico”, p. 171/172, 1972, Aguilar, Madrid; JACOB DOLINGER, “A Imunidade Estatal à Jurisdição Estrangeira”, in “A Nova Constituição e o Direito Internacional”, p. 195, 1987, Freitas Bastos; JOSÉ CARLOS DE MAGALHÃES, “Da Imunidade de Jurisdição do Estado Estrangeiro perante a Justiça Brasileira”, in “A Nova Constituição e o Direito Internacional”, p. 209/210, 1987, Freitas Bastos; AMILCAR DE CASTRO, “Direito Internacional Privado”, p. 541/542, item n. 295, 4ª ed., 1987, Forense, v.g.).

Tais premissas e concepções – que justificavam, doutrinariamente, essa antiga prática consuetudinária internacional – levaram a **jurisprudência** do Supremo Tribunal Federal, **notadamente** aquela que se formou sob a égide da **revogada** Carta Política de 1969, a emprestar, num **primeiro** momento, **caráter absoluto** à imunidade de jurisdição instituída em favor dos Estados estrangeiros (RTJ 66/727 – RTJ 104/990 – RTJ 111/949 – RTJ 116/474 – RTJ 123/29).

Essa orientação, **contudo**, sofreu **abrandamentos**, que, na vigência da **presente** ordem constitucional, foram introduzidos pelo Supremo Tribunal Federal, **quando** do julgamento da **Apelação Cível 9.696-SP**, Rel. Min. SYDNEY SANCHES (RTJ 133/159) e do **Ag 139.671-DF (AgRg)**, Rel. Min. CELSO DE MELLO (RTJ 161/643-644).

Em função dessa **nova orientação**, a **jurisprudência** firmada pelo Supremo Tribunal Federal, **tratando-se** de atuação de Estado estrangeiro em matéria de ordem privada, **notadamente em conflitos de natureza trabalhista**, consolidou-se no sentido de atribuir **caráter meramente relativo** à imunidade de jurisdição, tal como reconhecida pelo direito internacional público e consagrada na prática internacional.

Esse entendimento jurisprudencial, **formulado** sob a égide da **vigente** Constituição, **foi bem sintetizado** pelo Supremo Tribunal Federal, **quando** do julgamento do **Ag 139.671-DF (AgRg)**, Rel. Min. CELSO DE MELLO, ocasião em que esta Corte **proferiu decisão unânime**, consubstanciada em acórdão assim ementado:

*“A imunidade de jurisdição do Estado estrangeiro, quando se tratar de litígios trabalhistas, revestir-se-á de caráter meramente relativo e, em consequência, não impedirá que os juízes e Tribunais brasileiros conheçam de tais controvérsias e sobre elas exerçam o poder jurisdicional que lhes é inerente.*

.....

O **novo** quadro normativo que se delineou no plano do direito internacional, e **também** no âmbito do direito comparado, **permitiu** – ante a realidade do sistema de direito positivo dele emergente – que se construísse a **teoria da imunidade jurisdicional relativa** dos Estados soberanos, tendo-se presente, para esse específico efeito, a **natureza do ato** motivador da instauração da causa em juízo, de tal modo que **deixa de prevalecer**, ainda que excepcionalmente, a prerrogativa institucional da imunidade de jurisdição, **sempre** que o Estado estrangeiro, **atuando em matéria de ordem estritamente privada**,



intervier em domínio **estranho** àquele em que se praticam os atos **jure imperii**. **Doutrina. Legislação comparada. Precedente** do STF.

A **teoria da imunidade limitada ou restrita** objetiva institucionalizar solução jurídica que **concilie** o postulado básico da imunidade jurisdicional do Estado estrangeiro **com** a necessidade de fazer prevalecer, por decisão do Tribunal do foro, o **legítimo** direito do **particular** ao ressarcimento dos prejuízos que venha a sofrer em decorrência de comportamento imputável a agentes diplomáticos, que, agindo ilicitamente, tenham atuado **more privatorum** em nome do País que representam perante o Estado **acreditado** (o Brasil, **no caso**).

Não se revela viável impor aos súditos brasileiros, ou a pessoas com domicílio no território nacional, o ônus de litigarem, **em torno de questões meramente laborais**, mercantis, empresariais ou civis, perante tribunais alienígenas, desde que o fato gerador da controvérsia judicial – necessariamente estranho ao específico domínio dos **acta jure imperii** – tenha decorrido da estrita atuação **more privatorum** do Estado estrangeiro (...).”

(RTJ 161/643-644, Rel. Min. CELSO DE MELLO – grifei)

Uma das razões decisivas dessa **nova** visão jurisprudencial da matéria **deveu-se** ao fato de que o tema da **imunidade de jurisdição** dos Estados soberanos – que, **antes**, como já enfatizado, radicava-se no plano dos costumes internacionais – **passou** a encontrar fundamento jurídico em **convenções internacionais** (a Convenção Européia sobre Imunidade dos Estados de 1972) ou, **até mesmo**, consoante **informa** LUIZ CARLOS STURZENEGGER (RDA 174/18-43), **na própria legislação interna** de diversos Estados, como os ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (**Foreign Sovereign Immunities Act** de 1976), o REINO UNIDO (**State Immunity Act** de 1978), a AUSTRÁLIA (**Foreign States Immunities Act** de 1985), CINGAPURA (**State Immunity Act** de 1979), a REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL (**Foreign States Immunities Act** de 1981), o PAQUISTÃO (**State Immunity Act** de 1981), o CANADÁ (**State Immunity Act** de 1982) e a República Argentina (**Ley nº 24.488/95**, art. 2º), **exemplificativamente**.

O **novo** quadro normativo **que se delineou** no plano do direito internacional, **e também** no âmbito do direito comparado, **permitiu** – ante a realidade do sistema de direito positivo dele emergente – **que se construísse**, inclusive no âmbito da **jurisprudência** dos Tribunais, **e em função** de situações específicas, a **teoria da imunidade jurisdicional meramente relativa** dos Estados soberanos.

É por essa razão – **já vigente** o novo ordenamento constitucional brasileiro – que **tanto** a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (RTJ 133/159 – RTJ 161/643-644) **quanto a do Superior Tribunal de Justiça** (RSTJ 8/39 – RSTJ 9/53 – RSTJ 13/45) **consolidaram-se** no sentido de reconhecer que, modernamente, **não mais deve prevalecer**, de modo incondicional, **no que concerne** a determinadas e específicas controvérsias – **tais como aquelas de direito privado** – o princípio da imunidade jurisdicional absoluta, circunstância esta que, **em situações como a constante destes autos**, legitima a **plena** submissão de **qualquer** Estado estrangeiro à **jurisdição doméstica** do Poder Judiciário **nacional**.



É bem verdade que o Supremo Tribunal Federal, **tratando-se** da questão pertinente à **imunidade de execução** (matéria **que não se confunde** com o tema concernente à imunidade de jurisdição **ora em exame**), continua, **quanto a ela** (imunidade de execução), a entendê-la como sendo prerrogativa institucional de caráter **mais** abrangente, **ressalvadas** as hipóteses excepcionais (a) de **renúncia**, por parte do Estado estrangeiro, à prerrogativa da **intangibilidade** dos seus próprios bens (**RTJ 167/761**, Rel. Min. ILMAR GALVÃO – **ACOr 543-SP**, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE) ou (b) de **existência, em território brasileiro**, de bens, que, embora pertencentes ao Estado estrangeiro, **sejam estranhos**, quanto à sua destinação ou utilização, às legações diplomáticas ou representações consulares por ele mantidas em nosso País.

**Cabe referir**, neste ponto, **a propósito** da questão **específica** da imunidade de execução, o autorizado magistério de JOSÉ FRANCISCO REZEK (“**Direito Internacional Público**”, p. 176/177, item n. 97, 7ª ed., 1998, Saraiva):

*“A execução forçada da eventual sentença condenatória, entretanto, só é possível na medida em que o Estado estrangeiro tenha, no âmbito espacial de **nossa jurisdição, bens estranhos** à sua própria representação diplomática ou consular – visto que estes se encontram protegidos contra a penhora ou medida congênere pela inviolabilidade que lhes asseguram as Convenções de Viena de 1961 e 1963, estas seguramente não derogadas por qualquer norma ulterior (...).” (grifei)*

**Essa, contudo, não é a hipótese dos autos**, pois, aqui, ainda se está em face de **processo de conhecimento**, destinado à obtenção de um provimento judicial condenatório **definitivo**, motivado pela **existência** de contrato individual de trabalho, **celebrado**, com empregado brasileiro, por repartição consular de Estado estrangeiro.

**Vê-se**, portanto, como já ressaltado, que a questão a ser examinada, na presente causa, **diz respeito** ao tema da **imunidade de jurisdição**.

**Impõe-se destacar**, por isso mesmo, **na linha** dos **precedentes** firmados pelo Supremo Tribunal Federal (**RTJ 133/159 – RTJ 161/643-644**), que **deixará** de prevalecer, **excepcionalmente**, a prerrogativa institucional da imunidade de jurisdição (**não se discute**, no caso, **ainda**, a questão pertinente à imunidade de execução), **sempre** que o representante do Estado estrangeiro, por atuar em matéria de ordem **estritamente** privada (**matéria laboral**), intervier, **como no caso**, em domínio **estranho** àquele em que **usualmente** se praticam, no plano das relações diplomáticas e consulares, atos **jure imperii**.

Esse entendimento, **aplicável** ao caso ora em análise – **reclamação trabalhista** ajuizada por empregada brasileira, que, tendo sido contratada **como lavadeira** pelo Consulado Geral do Japão, veio a ser dispensada **imotivadamente** (fls. 37/40) – **encontra fundamento**, como já referido, **em precedentes** firmados pelo Supremo Tribunal Federal, já sob a égide da **vigente** Constituição (**RTJ 133/159**, Rel. Min. SYDNEY SANCHES – **RTJ 161/643-644**, Rel. Min. CELSO DE MELLO), **apoiando-se**, ainda, em **autorizado** magistério doutrinário (PONTES DE MIRANDA, “**Comentários ao Código de Processo Civil**”, tomo II/263-265, 2ª ed., 1979, Forense; CLÓVIS RAMALHETE, “**Estado Estrangeiro Perante a Justiça Nacional**”, in “Revista da Ordem dos Advogados do Brasil”, nº 4/315-330, Setembro/Dezembro 1970; AMILCAR DE CASTRO, “**Direito Internacional Privado**”, p. 540-



541, item n. 295, 4ª ed., 1987, Forense; CLÓVIS BEVILÁQUA, “**Direito Público Internacional**”, tomo I/79, 2ª ed., Freitas Bastos; OSCAR TENÓRIO, “**Direito Internacional Privado**”, vol. II/351, 11ª ed., Freitas Bastos; HILDEBRANDO ACCIOLY, “**Tratado de Direito Internacional Público**”, vol. I/227, item n. 330, 2ª ed., 1956, Rio de Janeiro; PEDRO LESSA, “**Do Poder Judiciário**”, p. 212, 1915, Livraria Francisco Alves; GUIDO FERNANDO SILVA SOARES, “**Das Imunidades de Jurisdição e de Execução**”, p. 152-161, 1984, Forense; LUIZ CARLOS STURZENEGGER, “**Imunidades de Jurisdição e de Execução dos Estados – Proteção a Bens de Bancos Centrais**”, RDA 174/18; OSIRIS ROCHA, “**Reclamações Trabalhistas contra Embaixadas: uma competência inegável e uma distinção imprescindível**”, in LTr, vol. 37/602; JOSÉ FRANCISCO REZEK, “**Direito Internacional Público**”, p. 175/178, item n. 97, 7ª ed., 1998, Saraiva; GERSON DE BRITTO MELLO BOSON, “**Constitucionalização do Direito Internacional**”, p. 248/249, 1996, Del Rey).

A **natureza** do fato ensejador da **presente** reclamação trabalhista, **cujo ajuizamento** motivou a prolação do acórdão ora impugnado, torna **incensurável** a decisão emanada do E. Tribunal Superior do Trabalho, por revelar-se efetivamente **incabível**, no caso em exame, o **reconhecimento** da imunidade de jurisdição, **pretendido** pelo Estado estrangeiro ora recorrente.

O fato irrecusável é um só: privilégios diplomáticos **não podem** ser invocados, **em processos trabalhistas**, para coonestar o enriquecimento **sem causa** de Estados estrangeiros, **em injusto detrimento** de trabalhadores residentes em território brasileiro, **sob pena** de essa prática consagrar **inaceitável** desvio ético-jurídico, incompatível com o princípio da boa-fé e com os grandes postulados do direito internacional.

A parte recorrente **também sustenta** que o acórdão ora em exame teria vulnerado o **art. 5º**, incisos LIV e LV, e o **art. 93**, IX, todos da Constituição da República (**fls. 211 e ss.** ).

Quanto à **alegação** de desrespeito aos postulados do **due process of law** e da garantia de defesa, a **orientação jurisprudencial** firmada por esta Suprema Corte, **ao analisar** esse aspecto do recurso ora em exame, **tem salientado**, na perspectiva **dos princípios do devido processo legal e da amplitude de defesa**, que a suposta ofensa ao texto constitucional, **acaso existente**, apresentar-se-ia por via reflexa, eis que a sua constatação reclamaria – **para que se configurasse** – a formulação de **juízo prévio de legalidade**, fundado na vulneração e infringência de dispositivos de ordem meramente legal. **Não se tratando**, pois, de conflito direto e frontal com o texto da Constituição, como **exigido** pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (**RTJ 120/912**, Rel. Min. SYDNEY SANCHES – **RTJ 132/455**, Rel. Min. CELSO DE MELLO), torna-se **insuscetível** de conhecimento o recurso extraordinário.

**Demais disso**, cumpre ter presente – **sempre** na linha do entendimento jurisprudencial consagrado pelo Supremo Tribunal Federal – que “**O devido processo legal – CF, art. 5º, LV – exerce-se de conformidade com a lei**” (**Ag 192.995-PE (AgRg)**, Rel. Min. CARLOS VELLOSO – grifei), de tal modo que eventual desvio do ato decisório, **quando muito**, poderá caracterizar situação tipificadora de conflito de mera legalidade, a **desautorizar** o uso do apelo extremo.



**Finalmente**, no tocante à **alegada ausência de motivação** da decisão recorrida, é **preciso ter presente**, na linha da jurisprudência firmada pelo Supremo Tribunal Federal (**Ag 152.586-CE (AgRg)**, Rel. Min. CELSO DE MELLO – **Ag 266.146-RJ (AgRg)** , Rel. Min. CELSO DE MELLO, v.g.), que *“O que a Constituição exige, no art. 93, IX, é que a decisão judicial seja fundamentada. Não, que a fundamentação seja correta, na solução das questões de fato ou de direito da lide: declinadas no julgado as premissas corretamente assentadas ou não, mas coerentes com o dispositivo do acórdão, está satisfeita a exigência constitucional”*

(RTJ 150/269, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE).

**Sendo assim**, e tendo em consideração as razões expostas, **não conheço** do presente recurso extraordinário.

Publique-se.

Brasília, 28 de fevereiro de 2002.

Ministro CELSO DE MELLO

Relator

Revista **Consultor Jurídico**, 11 de março de 2002.

**Date Created**

11/03/2002